

Greve de petroleiros envolve plano de carreira

Sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se preparam para uma greve de 24 horas.

Os trabalhadores protestam contra a redução dos dias em home office, diminuição da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e cobram contratação de funcionários, criação de plano integrado de carreiras e melhores condições para prestadores de serviços.

Na lista de reivindicações os sindicatos também está o equacionamento do déficit do plano Petros, previdência complementar privada dos colaboradores da estatal.

A estatal disse que foi notificada oficialmente pelas entidades sindicais sobre a mobilização e que tem mantido diálogo aberto com as entidades sindicais sobre os ajustes ao modelo híbrido de trabalho.

Segundo Eduardo Henrique, secretário-geral da FNP, o debate sobre o home office é um dos principais motivos para a greve. Ele menciona que houve uma paralisação de funcionários administrativos, também de 24 horas, no último dia 26, sobre o tema.

A partir de abril, começará a valer a redução de um dia de trabalho remoto, com três dias presenciais por semana. Atualmente, funcionários da empresa trabalham presencialmente dois dias por semana, exceto os gerentes.

As entidades também cobram que a estatal não diminua a remuneração variável, pagamento extra ao salário que é definido de acordo com o desempenho do funcionário e da empresa. Segundo as entidades, a estatal apresentou, em dezembro do ano passado, um plano de redução de 30% do benefício. A definição pode impactar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), Programa de Resultados e Desempenho (PRD) e abono anual.

A greve também se mobiliza contra a gestão de Magda Chambrind à frente da Petrobras, segundo representantes dos trabalhadores. As entidades afirmam que a atual administração tem tido pouco diálogo com trabalhadores e reivindicam que os canais de negociação sejam fortalecidos.



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s., as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparativamente a 31 de dezembro de 2023 e, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e alterações posteriores e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no link <https://dj.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. A Administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados. Erechim/RS, 27/03/2025. **A Administração.**

Balanco Patrimonial - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		230.342	197.243
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	43.019	29.137
Contas a Receber de Clientes	5	98.565	69.787
Estoques	6	70.778	81.955
Impostos a Recuperar	7	4.086	12.710
Adiantamentos		1.304	1.434
Adiantamentos de Arrendamento		907	907
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	9.917	165
Despesas Antecipadas		1.075	623
Outras Contas a Receber		691	525
Ativo Não Circulante		313.895	297.189
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.928	2.448
Impostos a Recuperar	7	7.138	8.370
Impostos Diferidos	15	2.649	3.108
Adiantamentos de Arrendamento		8.468	9.374
Imobilizado	8	278.129	257.086
Intangível	9	3.164	3.182
Direito de Uso	10	12.419	13.621
Total do Ativo		544.237	494.432
Passivo Circulante		151.866	169.370
Fornecedores	11	58.941	52.010
Empréstimos e Financiamentos	12	41.640	67.111
Obrigações Trabalhistas	13	13.929	15.683
Obrigações Tributárias	14	7.067	4.282
IRPJ e CSLL a Pagar	15	1.104	-
Adiantamentos de Clientes		3.150	2.686
Dividendos a Pagar		8.273	19.468
Passivo de Arrendamento	16	3.661	2.648
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	8.994	1.465
Outras Contas a Pagar		5.107	4.017
Passivo Não Circulante		168.665	125.289
Empréstimos e Financiamentos	12	149.963	107.117
Provisões para Contingências	17	2.140	3.360
Tributos Diferidos	15	9.062	4.018
Obrigações Tributárias	14	59	215
Passivo de Arrendamento	16	7.115	10.217
Passivo Atuarial	18	326	362
Patrimônio Líquido	19	223.706	199.773
Capital Social		92.303	92.303
Reserva de Lucros		125.826	101.869
Ajuste de Avaliação Patrimonial		5.577	5.601
Total do Passivo e Patr. Líquido		544.237	494.432

Demonstração do resultado			
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida de Vendas	20	656.104	670.100
Custo dos Produtos Vendidos	21	(453.213)	(405.427)
Lucro Bruto		202.891	264.673
		(137.582)	(149.146)
Despesas Vendas	21	(89.608)	(96.494)
Despesas Administrativas	21	(51.901)	(43.584)
Despesas Tributárias	21	(3.154)	(16.205)
Outras Receitas Operac. Líquidas	21	7.081	7.137
Resultado antes do Resultado Financeiro		65.309	115.527
Resultado Financeiro		(11.441)	(20.839)
Receitas Financeiras	22	135.838	30.249
Despesas Financeiras	22	(147.279)	(51.088)
Lucro antes dos Impostos e Contribuições		53.868	94.688
Impostos Correntes	15	(14.619)	(14.194)
Impostos Diferidos	15	(5.539)	8
Lucro Líquido do Exercício		33.710	80.502
Ações do Capital Social no Final do Exercício (em Milhares)		92.303	92.303
Lucro Líquido por Ações do Capital Social no Fim do Exercício (em R\$)		0,37	0,87

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma									
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes		Lucros Acum.	Total	
			Incentivos Fiscais	Retenção	Ajuste de Avaliação Patrim.	Vir. justo do Passivo Atuarial			
Saldos em 31/12/2022	55.100	6.851	37.203	49.753	5.225	66	-	154.197	
Ajuste de Reserva de Retenção de Lucros	-	(351)	-	351	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	37.203	-	(37.203)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	80.502	80.502	-
Constituição de Reserva Legal (Nota 19)	-	4.025	-	-	-	-	(4.025)	-	-
Dividendos Obrigatórios (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(5.626)	(5.626)	-
Dividendos Complementares (Nota 19)	-	-	-	(10.616)	-	-	(11.426)	(22.042)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(5.531)	(5.531)	-
Emissão de Títulos Partes Beneficiárias	-	-	-	-	-	-	(2.415)	(2.415)	-
Constituição de Reserva para Incentivos Fiscais	-	-	45.708	-	-	-	(45.708)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	377	(452)	-	-	(75)	-
(-) Tributos Difer. s/ Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	724	-	-	724	-
Transferência Reservas de Lucros	-	-	-	5.771	-	-	(5.771)	-	-
Ajuste de Avaliação de Passivo Atuarial	-	-	-	-	-	38	-	38	-
Saldos em 31/12/2023	92.303	10.525	45.708	45.636	5.497	104	-	199.773	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	33.710	33.710	-
Constituição de Reserva Legal (Nota 19)	-	1.686	-	-	-	-	(1.686)	-	-
Dividendos Obrigatórios (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(7.262)	(7.262)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(1.806)	(1.806)	-
Emissão de Títulos Partes Beneficiárias	-	-	-	-	-	-	(1.011)	(1.011)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	325	(108)	-	-	217	-
(-) Tributos Difer. s/ Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	37	-	-	37	-
Transferência Reservas de Lucros	-	-	-	21.946	-	-	(21.946)	-	-
Ajuste de Avaliação de Passivo Atuarial	-	-	-	-	-	47	-	47	-
Saldos em 31/12/2024	92.303	12.211	45.708	67.907	5.426	151	-	223.706	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A Peccin S.A. (a "Companhia" ou "Peccin") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 15 de fevereiro de 1956, com sede em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem como atividade principal a industrialização e comercialização nacional e internacional de balas, gomas de mascar, pirulitos, chocolates em geral. A Companhia é controlada pelas empresas: Holding Foco Participação, Dipar Participações, DGM Participações e pelo Sr. Dirceu Gilmar Pezzin. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Administração aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia em 20 de março de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) bem como passivo atuarial, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.16. **2.2 Mudanças de políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos

variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura liquidada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais nas divulgações efetuadas pela Companhia. **2.3 Principais Eventos Ocorridos em 2024: Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul:** No mês de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi afetado por chuvas que acarretaram enchentes em várias regiões. As enchentes ocasionaram danos em propriedades, estradas, empresas e na economia de cada localidade atingida. As enchentes não atingiram a região onde a Companhia está sediada. Mesmo assim, houve monitoramento dos efeitos das enchentes nas operações. Foram concedidos prorrogação de prazo de pagamento para os clientes afetados e ajustes operacionais para garantir a efetividade das entregas dos produtos vendidos. A Companhia destaca que não houve impactos contábeis e financeiros significativos relativos a este evento. **Impactos do aumento do preço do Cacau em 2024:** No exercício de 2024, a Companhia enfrentou desafios significativos devido ao expressivo aumento no preço do cacau, matéria-prima essencial para a produção de wafers com cobertura de chocolates. A alta foi impulsionada por fatores como condições climáticas adversas nas principais regiões produtoras, restrições na oferta global e aumento na demanda do mercado internacional. Como consequência, os custos de produção foram substancialmente elevados, impactando as margens operacionais da Companhia. Para mitigar esses efeitos, foram adotadas estratégias como ajustes na precificação dos produtos, otimização da cadeia de suprimentos e revisão de contratos com fornecedores. Apesar dessas medidas, o cenário adverso influenciou o desempenho financeiro da Companhia, refletindo-se nos resultados do período. A Companhia segue acompanhando atentamente o mercado de cacau e buscando alternativas para minimizar impactos futuros, garantindo a sustentabilidade do negócio e a qualidade dos produtos. **Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se em monitorar possíveis impactos em preços de matérias primas e commodities que possam sofrer oscilações em função de efeitos climáticos, realiza busca por soluções sustentáveis, tratamento de efluentes e

Demonstração do Resultado Abrangente - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
		2024	2023
Resultado Líquido do Exercício		33.710	80.502
Valor Justo do Passivo Atuarial		47	38
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(108)	(452)
Efeito Fiscal		37	724
Total do Resultado Abrangente do Exercício		33.686	80.812

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		33.710	80.502
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações	8-9	17.622	12.903
Alienação do Ativo Imob. e Intangível		354	899
AVP Clientes	5	499	28
Perda Estimada c/Créditos de Liquidação Duvidosa	5	(977)	1.976
Reconhecimento CPC 47 - Receitas	5	6.941	1.449
Impostos Diferidos	15	(5.539)	8
Provisão para Contingência	17	1.220	(1.247)
Passivo Atuarial	18	400	263
Variações Cambiais, Líquidas	22	(33)	230
Juros sobre Empréstimos			
Provisionados e Arrendamentos	12-16	23.091	21.223
		77.288	118.234
Varição de Saldos de Ativo e Passivos e Outros		(35.241)	(14.438)
(Aumento) Redução de Clientes		11.178	(22.497)
(Aumento) Redução de Estoques		9.855	(5.777)
(Aumento) Redução dos Impostos a Recuperar		130	(608)
(Aumento) Redução de Adiantamentos		907	(10.283)
(Aumento) Redução de Adiant. de Arrend.		(452)	(132)
(Aumento) Redução das Desp. Antecipadas		(9.918)	1.146
(Aumento) Redução de Fornecedores		6.931	6.884
(Aumento) Redução de Obrigações Trabalhistas		348	(1.742)
(Aumento) Redução das Obrig. Tributárias		2.784	15.103
(Aumento) Redução de Adiant. de Clientes		464	(1.137)
(Aumento) Red. de Adiant. de Arrendamento		(2.087)	12.864
(Aumento) Redução de Pensões		(37)	(126)
(Aumento) Redução de Outras Obrigações		8.431	1.445
		70.581	98.936
IR e CS Pagos		(14.619)	(16.007)
Juros Pagos	12-16	(21.538)	(22.439)
Caixa Líq. Gerado pelas Ativ. Operac.		34.423	60.490
Fluxos de Caixa de Ativ. de Investimentos		(39.211)	(103.607)
Aquisição de Intangível	9	(563)	(15.037)
Aquisição de Imobilizado	8	(38.648)	(88.570)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(39.211)	(103.607)
Fluxos de Caixa das Ativ. de Financ.		(17.053)	(23.827)
Dividendos Pagos	19	(1.806)	(5.725)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	19	(2.415)	(3.095)
Partes Beneficiárias Pagas			
Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento	12-16	(87.874)	(176.339)
Captação de Emprést. e Financ.	12	100.052	203.281
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicação) Ativ. de Financiamentos		(9.096)	(5.705)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		13.882	(48.822)
Saldo Inicial do Caixa e Equiv. de Caixa	4	29.137	77.958
Saldo Final do Caixa e Equiv. de Caixa	4	43.019	29.136

menores fontes poluidoras